



AUDIÊNCIA
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ARQUEOLOGIA
SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA
ATA

Aos trinta dias do mês de Abril de 2019, reuniram no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Arqueologia (STARQ) e a Sr.ª Secretária de Estado da Cultura e representantes do Ministério da Cultura.

Participaram na reunião:

Em representação do STARQ: Regis Barbosa (Presidente da Direção); Sara Brito (Dirigente); Jacinta Bugalhão (Delegada Sindical na DGPC).

Pelo Ministério da Cultura: Secretária de Estado da Cultura, Dr.ª Ângela Ferreira e os assessores, Dr.ª Ana Santiago Pando e Dr. David Teles Pereira.

A reunião teve início pelas 10h45.

O Presidente do STARQ tomou a palavra e referiu que o pedido de audiência já tinha sido efetuado há algum tempo e que, desde então, os problemas que afetam os trabalhadores de Arqueologia têm vindo a agravar-se. Atendendo à duração estimada da presente reunião e à complexidade das questões que motivaram o pedido de audiência, propôs centrar a discussão no agravamento da situação laboral na Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e o agendamento de uma segunda reunião para discussão das restantes problemáticas.

Propôs ainda que se efetuasse a presente ata conjunta.

A Sr.ª Secretária de Estado concordou com as propostas e acrescentou que o agendamento de uma nova reunião é vantajoso, uma vez que necessita de mais algum tempo para analisar algumas das questões abordadas no pedido de audiência pelo STARQ, como sejam, as destruições arqueológicas no âmbito de projetos de agricultura intensiva, o processo de descentralização de competências para as autarquias locais e a gestão de espólios arqueológicos. Afirmou estar a recolher informações juntos dos serviços sob tutela do Ministério da Cultura e declarou ser necessária uma avaliação mais consolidada para dar uma resposta concreta aos problemas apresentados.



O Presidente do STARQ resumiu a situação da DGPC, referindo-se à reunião de negociação com a Direção daquele organismo, ocorrida no passado dia dezasseis de Abril, na sequência da apresentação do aviso prévio de greve dos trabalhadores de arqueologia da DGPC. Explicou que foi denunciada a acentuada insuficiência de trabalhadores e a clara discrepância entre a quantificação das necessidades de recrutamento apresentada pelo STARQ e as propostas avançadas pela Sr.ª Diretora-Geral, Arq.ª Paula Araújo da Silva. Sublinhou que este profundo desencontro de posições tornou inevitável a concretização da greve que ocorreu no passado dia 23 de Abril. Afirmou que o STARQ considera que o défice de trabalhadores é um problema estrutural e transversal na DGPC, que não se cinge ao setor da Arqueologia, prevendo-se inclusivamente um agravamento da situação a curto prazo, se não forem tomadas medidas concretas.

A Delegada Sindical do STARQ tomou a palavra para expressar a sua preocupação no que concerne à gestão dos recursos humanos na DGPC. Pelo que pode observar do funcionamento daquele organismo, é marcante a ausência de mecanismos de normalidade, pois não existe uma regular caracterização de necessidades e um regular recrutamento em função das mesmas. Esta situação prejudica fortemente o funcionamento dos serviços.

Fez referência ao levantamento das necessidades de recursos humanos em Arqueologia na DGPC elaborado pelo STARQ (anexo 1) e esclareceu que números apresentados não foram artificialmente inflacionados, na perspetiva da futura negociação. Os dados expostos refletem a realidade, tendo sido recolhidos com base em testemunhos objetivos dos trabalhadores em protesto e demais colegas.

No que diz respeito ao Museu Nacional de Arqueologia (MNA), o número apurado é da responsabilidade daquele serviço e espelha essencialmente o exato número de trabalhadores que se encontram a menos de cinco anos da reforma. Assim sendo, o número de novos recrutamentos exigidos para o MNA não pode ser objeto de negociação, pois a sua não concretização traduzir-se-á, a curto prazo, no encerramento inevitável do Museu. Neste sentido, requereu a máxima urgência no tratamento desta situação. A Delegada Sindical do STARQ referiu, a título de exemplo, que a permanência da biblioteca do MNA em funcionamento se deve ao facto da funcionária responsável ter acedido a continuar ao serviço, apesar de já ter ultrapassado a idade da reforma.

No que respeita ao assunto das reformas, a Sr.ª Secretária de Estado afirmou que é uma questão transversal à administração pública. Referiu que já foi efetuado um levantamento da situação e que estão a ser ponderadas as soluções a implementar.



A Delegada Sindical do STARQ prosseguiu referindo o caso do Museu Monográfico de Conimbriga, único nas suas características, que tinha um laboratório/oficina de mosaicos romanos que neste momento se encontra sem atividade relevante, precisamente pelo facto de os seus funcionários se terem aposentado.

Relativamente aos serviços centrais, o levantamento efetuado pelo STARQ (anexo 2) demonstra que são necessários mais vinte e um trabalhadores no sector de Arqueologia da DGPC. A DGPC, na reunião de negociação, garantiu o recrutamento de três arqueólogos para a área da Salvaguarda, de fato um dos sectores mais deficitários. Garantiu ainda o recrutamento de um conservador-restaurador para o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS), a contratar por concurso "externo" (fora do universo dos trabalhadores com vínculo público previamente estabelecido) por não existirem trabalhadores na administração pública com perfil e currículo adequado às funções em causa.

Para além destes quatro postos de trabalho que a DGPC se responsabilizou em preencher, na reunião de negociação comprometeu-se em prosseguir com o recrutamento igualmente "externo" de um investigador em paleobotânica, embora revelando alguma descrença na possibilidade efetiva de concluir este processo, atendendo à reiterada ausência de autorização por parte do Ministério das Finanças.

Foi também referida pela DGPC, na reunião de negociação, a contratação de cinco trabalhadores ao abrigo do EAA GRANTS (3 arqueólogos e 2 conservadores-restauradores).

Confrontada a disponibilidade de recrutamento manifestada pela DGPC com o levantamento das necessidades efetuado pelo STARQ, verificou-se uma diferença de onze trabalhadores, cujo recrutamento é absolutamente indispensável para colmatar as necessidades mais prementes do setor de Arqueologia da DGPC: 3 arqueólogos, 1 conservador-restaurador, 3 técnicos de documentação e arquivo e 5 investigadores em arqueociências - 2 arqueozoólogos (para substituir 2 reformas que ocorrerão a curto prazo), 1 paleobotânico e 1 antropólogo (ver anexo 2).

Relativamente aos cinco trabalhadores a contratar no âmbito do programa EEA Grants 2019-2023, o STARQ salientou que não aceita que os contratos sejam em regime de aquisição de serviços, pois tratam-se efetivamente de contratos de trabalho. O STARQ exige que sejam efetuadas contratações a termo resolutivo, com vista a uma transição posterior para um vínculo laboral estável, ou seja, para contrato em funções públicas por tempo indeterminado. Se tal não ocorrer o STARQ desenvolverá todas as ações que a Lei coloca à sua disposição para



combater a contratação destes trabalhadores com recurso a figuras contratuais imorais, ilegítimas e ilegais.

Sublinhou ainda a importância da transparência, exigência e justiça nos processos de seleção dos procedimentos concursais de recrutamento destes trabalhadores.

A Sr.ª Secretária de Estado voltou a realçar que a escassez dos recursos humanos é um problema que não se cinge à DGPC, mas também é uma realidade presente nas Direções Regionais de Cultura, sendo transversal à Administração Pública nacional. Acentuou que estava ciente dos problemas, mas igualmente dos constrangimentos orçamentais. Neste sentido, afirmou que será pedida à DGPC a apresentação de um levantamento global das necessidades ao nível dos recursos humanos, a partir do qual possa apresentar propostas no Orçamento de Estado para 2020, considerando igualmente o número de reformas previstas. Neste âmbito, a Delegada Sindical do STARQ salientou que o recrutamento de novos trabalhadores deve ser efetuado de forma a garantir a transmissão de conhecimentos, sendo este um dos aspetos mais problemáticos e nefastos da atual situação.

A Sr.ª Secretária de Estado afirmou que a sobreposição temporal no processo de transição dos trabalhadores não é obrigatória, acrescentando que não há hipótese de contornar a situação em termos legais porque só se pode abrir um processo de recrutamento, após a vacatura do posto de trabalho no mapa de pessoal por reforma do trabalhador.

Concordou ainda que têm de ser tomadas cautelas na qualidade do recrutamento. Afirmou ser necessário olhar para o mapa de pessoal e referiu o problema dos vigilantes dos museus, em que a falta destes já obrigou mesmo ao encerramento de salas em determinados museus. Referiu ainda ter consciência dos problemas decorrentes do dimensionamento do mapa de pessoal da DGPC, no quadro das fusões orgânicas que estiveram na sua origem. A DGPC manteve as mesmas competências e tarefas, mas com um mapa de pessoal muito reduzido.

O Presidente do STARQ sublinhou que esta situação se agravou ainda mais com o aumento das obras no país, com especial enfoque na capital, onde os trabalhos arqueológicos e os processos de licenciamento em áreas classificadas aumentaram. Assim, o volume de trabalho aumentou muito e o número de trabalhadores que o asseguram, de facto, diminuiu.

A Delegada Sindical do STARQ retomou a questão dos vigilantes anteriormente levantado pela Sr.ª Secretária de Estado, para acentuar que é muito urgente intervir no sentido de uma valorização da carreira destes trabalhadores. O recrutamento por mobilidade resulta frequentemente numa ausência de candidatos; os vigilantes não permanecem nessas funções



de forma estável, porque as condições laborais são muito más, e a remuneração particularmente baixa. Enquanto não houver uma valorização laboral e salarial, não haverá permanência nestas funções. Esta instabilidade tem consequências negativas no funcionamento dos museus e monumentos e urge trabalhar numa resolução.

No que respeita à autorização necessária para abertura de concurso "externo" (entre candidatos sem vínculo público previamente estabelecido) – necessária para o avanço dos procedimentos concursais que a DGPC assumiu promover desde já (1 conservador-restaurador e 1 paleobotânico), a Sr.ª Secretária de Estado comprometeu-se em acompanhar pessoalmente o processo e falar com a Sr.ª Secretária de Estado do Emprego Público, de forma a garantir a rápida emissão da autorização. Esta diligência depende pela DGPC do pedido prévio de autorização para abertura dos respetivos procedimentos concursais.

Em relação aos onze postos de trabalho cujo provimento o STARQ reivindica, a Sr.ª Secretária de Estado aguardará pela apresentação do levantamento global das necessidades ao nível dos recursos humanos pela DGPC, de forma a poder dar uma resposta objetiva e concreta. Avançou que, após análise da referida caracterização, poderá ser feita proposta no âmbito do Orçamento de Estado 2020.

Quanto ao tipo de vínculo dos trabalhadores a contratar no âmbito do programa EEA Grants 2019-2023, a Sr.ª Secretária de Estado afirmou não poder assumir qualquer posição definitiva a este respeito, uma vez que se trata de matéria da competência da DGPC; comprometeu-se contudo a acompanhar pessoalmente o caso.

A Sr.ª Secretária de Estado questionou o STARQ sobre a viabilidade do recrutamento por mobilidade de arqueólogos. A Delegada Sindical do STARQ mencionou que esta modalidade para recrutamento de arqueólogos para as áreas da Salvaguarda e Inventário é possível, uma vez que há trabalhadores na Administração Pública com perfil e currículo adequado. No entanto, ressaltou que o processo de seleção dos candidatos deve ser criterioso e exigente, atendendo à complexidade e dificuldade que as tarefas em causa encerram.

O Presidente do STARQ lembrou que o "tempo" do mecanismo burocrático implícito ao preenchimento dos postos de trabalho necessários é bastante distinto do "tempo" sentido pelos trabalhadores da DGPC que vivem e sentem quotidianamente a pressão e a sobrecarga geradas pela escassez de recursos humanos neste organismo. Os trabalhadores precisam de soluções imediatas, pois não continuarão a assegurar um volume de trabalho muito superior ao que estão contratualmente obrigados, com todos os prejuízos para o património arqueológico que daqui decorrem.

Perante esta questão a Sr.ª Secretária de Estado voltou a argumentar que os processos de recrutamento dependem dos mapas de pessoal, e estes do orçamento aprovado para cada ano, sublinhando que, de facto, é necessário tomar medidas estruturais.

A reunião terminou às 11h43.



Pelo STARQ



Pela Secretária de Estado da Cultura

STARQ
Sindicato dos Trabalhadores
de Angola

Anexo 1

	UCAIA Salvuarda	ET- Lisboa	ET-Torres Novas	SIA e Arquivo	DPIMI	ONANS	LARC	MNA	MM Cominbriga	Secretariado DBC	Total
Arqueólogo	1	2	1	1	2	4		5	1		17
Conservadores-Restauradores						4		1	2		7
Assistente Técnico								8		1	9
Assistente Operacional								3			3
Documentação e Arquivo				1				2		2	5
Informática								1			1
Investigadores em Arqueociências*							7				7
Total	1	2	1	2	2	8	7	20	3	3	49

*Arqueozoológicos (3); Arqueobotânicos (2); Antropólogo (1); Análise de resíduos (1)



Anexo 2

	UCAJA Salvaguarda	ET- Lisboa	ET-Torres Novas	SIA e Arquivo	DPIMI	CNANS	LARC	Recrutamento mínimo STARQ	DGPC ofereceu	Faltam
Arqueólogo	1	2	1	1		4		9	6 ¹	3 ⁴
Conservadores-Restauradores						4		4	3 ²	1 ²
Assistente Técnico										
Assistente Operacional										
Documentação e Arquivo				3				3		3 ⁶
Informática										
Investigadores em Arqueociências	1	2	1	4		8	5	5	1 ³	4 ²
							5	21	10	11

Postos de trabalho	Área funcional	Forma de recrutamento	Vínculo	Calendário
¹ 3 arqueólogos	Salvaguarda	Mobilidade	CFP- Tempo indeterminado	Julho de 2019
² 1 conservador-restaurador	CNANS	Concurso "externo"	CFP- Tempo indeterminado	Janeiro de 2020
² 2 conservadores-restauradores - EEA Grants	CNANS	Concurso	CFP - termo resolutivo certo	Janeiro de 2020
³ 3 arqueólogos - EEA Grants	CNANS	Concurso	CFP - termo resolutivo certo	Janeiro de 2020
⁴ 1 paleobotânico	LARC	Concurso externo	CFP- Tempo indeterminado	Janeiro de 2020
⁴ 3 arqueólogos	Salvaguarda e Inventário	Mobilidade	CFP- Tempo indeterminado	Julho de 2019
⁵ 1 conservador-restaurador	CNANS	Concurso "externo"	CFP- Tempo indeterminado	Janeiro de 2020
⁶ 3 técnicos de documentação e arquivo (1 TS + 2 AT)	Salvaguarda	Mobilidade	CFP- Tempo indeterminado	Julho de 2019
⁷ 5 investigadores em Arqueociências (2 arqueozoólogos+ 1 paleobotânico + 1 antropólogo)	LARC	Concurso "externo"	CFP- Tempo indeterminado	Janeiro de 2020

Os 5 postos de trabalhos a assegurar através de CFP - termo resolutivo certo (EEA Grants), até ao termo do contrato, devem converter-se em postos de trabalho permanentes - CFP- Tempo indeterminado.